

[Sem querer, ministra Damares impulsiona movimento feminista, por Debora Diniz](#)

Na coluna desta semana, Debora Diniz explica como discurso retrógrado da ministra tem efeito contrário

[\(Marie Claire, 16/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Feministas são feias, mal-amadas e não se depilam. Mais do que sapatões de sítio, feministas não gostam de homens. Queriam ser como eles, por isso propõem uma inversão de valores no mundo vestindo rosa nos meninos e azul nas meninas. Feministas desorganizam a casa, pedem para os filhos lavarem a louça ou arrumarem o quarto. É tão grave o que fazem as feministas que sequer querem mais filhos, por isso lutam por descriminalizar o aborto. Em resumo, as feministas são mulheres problemáticas que mais deveriam estar em um hospício que pelas ruas.

Eu sou uma feminista. Não preciso aqui listar quantas roupas azuis havia no meu guarda-roupa quando criança para avaliar se tive um desenvolvimento de gênero apropriado à minha sexagem ao nascer. Sou casada com um homem, o mesmo há 25 anos, numa relação mais normalizada que a de homens e mulheres de bem que apontam o dedo para a vida alheia. Nunca fiz um aborto, mas estou convencida que nenhuma mulher pode ser presa por abortar. Não tenho filhos para ensiná-los sobre lavar pratos ou passar roupa, mas não descrevo o trabalho doméstico de maridos ou companheiros como “ajuda”. Em minha família, os dois cuidamos da casa, do orçamento, e planejamos o cuidado de nossos dependentes.

Ministra Damares é só uma voz ruidosa das que repetem essas fantasias sobre as feministas. E o faz a partir de um roteiro - ao mesmo tempo em que diz “fui violentada na infância” ou “sou mãe sozinha”, repete as tolices de “feministas feias”. Se sinto compaixão pelo horror de sua experiência infantil, não me provoca sua biografia para as “novas formas de família”. Há décadas mulheres negras e pobres são chefes de família, sozinhas por vontade própria ou abandono, e jamais essa foi uma bandeira de reconhecimento à diversidade. Essa é uma típica frase de mulheres burguesas sobre a maternidade solitária como um projeto feminista, o que não parece ser o caso da ministra, ou de mulheres da casa grande que “pegavam meninas para criar”. Não duvido do amor e do cuidado da ministra à sua filha, só não me convence a personagem para o papel de famílias alternativas.

Assim como não há um termômetro para o feminismo ou um rito de iniciação como fazem os grupos religiosos, não há uma feminista típica. O feminismo como forma de vida, conjunto de ideias e valores, práticas e políticas é o que garantiu que uma mulher chegasse à ministra de direitos humanos de um país com valores patriarcais. É verdade que, no atual jogo de homens bravos que fazem flexão de braço uns aos outros como saudação mútua, o posto de Damares é parte do jogo masculino, por isso a pastora se torna ainda mais uma personagem caricata. Ela é o feminino que faz broma de todas nós - feministas ou não - pois arranca da história o que nossas antepassadas lutaram para vencer.

É bom que Damares seja bufona no cargo. Fortalece o feminismo, pois uma geração de meninas, adolescentes, mulheres comuns que jamais pensariam sobre o feminismo passam não

só a abraçá-lo como levar adiante suas mensagens. Não por acaso muitas mulheres e homens repetiram causa feminista simples após o episódio das cores - vestiram-se como quiseram no trabalho, na casa ou nas televisões. Quanto mais Damares odiar o feminismo, mais fortes as feministas sairão desta história. Não importam quem sejamos, nomeiem-se como quiserem. O grupo que faz graça da pastora só aumenta. E no humor nos fortalecemos como feministas.

[Cresce a parcela de brasileiros que diz já ter sofrido algum preconceito](#)

Sensação de discriminação é maior entre negros, gays, umbandistas e evangélicos, diz Datafolha

[\(Folha de S.Paulo, 15/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Um a cada três brasileiros diz já ter sido [vítima de discriminação](#) por conta de sua classe social, segundo uma pesquisa do instituto Datafolha. E esse número aumentou nos últimos anos. Assim como cresceu a proporção de pessoas que declaram já terem [sofrido preconceito](#) por sua cor da pele, orientação sexual, local onde vive, religião ou gênero.

O preconceito de classe havia sido sentido por 23% dos entrevistados em levantamento anterior do instituto, de 2008, e por 21% em 2007. No atual, foram 30%.

Esse tipo de discriminação é mais sentida no Sudeste do país (declarado por 35% dos entrevistados) e menos no Nordeste (25%) e mais em cidades grandes que pequenas (34% dos entrevistados nos municípios com mais de 500 mil habitantes e 21% nos com menos de 50 mil pessoas).

O Datafolha ouviu 2.077 pessoas com 16 anos ou mais em 130 cidades entre 19 e 10 de dezembro. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

Em outubro, o presidente Jair Bolsonaro (PSL), à época candidato, [afirmou que “tudo é coitadismo”](#) no Brasil. “Coitado do negro, coitada da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Tudo é coitadismo no Brasil, nós vamos acabar com isso”, disse, em entrevista à afiliada do SBT no Piauí.

O [preconceito](#) é menos percebido entre quem declarou voto no militar. 26% dos eleitores de Bolsonaro disseram já ter sofrido discriminação por classe social e 18% por racismo. Entre os eleitores do candidato derrotado, Fernando Haddad (PT), 37% declararam terem sido vítimas de preconceito de classe, e 27% de racismo.

A discriminação racial já acometeu mais de 1/5 dos brasileiros, apontou a pesquisa. O índice é cinco vezes maior entre os que autodeclarados pretos (55% foram vítimas) do que entre os que se declaram brancos (11%).

No Brasil, é [considerado crime contra a honra](#) a injúria motivada por raça, cor, etnia, religião e origem, entre outros, sob pena de reclusão de um a três anos e multa. Costuma-se considerar injúria o uso de palavras depreciativas, como chamar uma pessoa negra de “macaco”.

Já o crime de racismo e o de preconceito religioso é inafiançável e imprescritível e a pena varia de um a cinco anos de reclusão, além de multa. Envolve mais do que ofender verbalmente uma pessoa pela sua cor da pele ou religião. Significa também impedir o acesso de pessoas a determinados lugares (hoteis, restaurantes, elevadores sociais etc.) ou negar-lhes emprego de acordo com sua etnia, entre muitos outros casos.

O Datafolha também mediu o sentimento de discriminação religiosa. O índice é bem maior entre adeptos de religiões africanas (68% já sofreram preconceito) e entre os que frequentam igrejas evangélicas neopentecostais (48%). Entre os evangélicos em geral, independentemente da vertente, a taxa é de 38%.

Católicos, maior parte da população brasileira, são os que menos declararam já terem sido alvo de preconceito religioso (17%), menos até do que os sem religião (18%).

O instituto mediu ainda a percepção de discriminação de acordo com a orientação sexual. 55% dos entrevistados que se declararam homossexuais disseram já terem sido vítimas de preconceito por conta de sua orientação. O número cai para 38% entre bissexuais e 6% entre heterossexuais.

Não há legislação federal que tipifique a homofobia especificamente como crime. Em São Paulo, lei estadual pune a discriminação contra homossexuais, bissexuais e transgêneros e quem “proibir a livre expressão e manifestação de afetividade” com advertência e multa.

Uma a cada três mulheres entrevistadas também disseram já terem sofrido preconceito pelo único fato de serem mulheres.

Embora no discurso de posse feito no Congresso o novo presidente tenha defendido uma “sociedade sem discriminação”, depois, ao falar à população em púlpito, afirmou que iria [“libertar o Brasil” do politicamente correto](#).

O novo governo excluiu a menção à população LGBT no escopo das atribuições do [ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos](#) e extinguiu uma [secretaria do Ministério da Educação que é responsável por ações de diversidade](#), como direitos humanos e relações étnico-raciais.

Por outro lado, na atual gestão deve haver uma maior valorização da população evangélica, que tem alta taxa de sensação de discriminação religiosa, segundo a pesquisa, e faz parte da base de apoio do presidente.

A depender da disposição da primeira dama, [Michelle Bolsonaro, que discursou em libras na posse](#), também deve haver programas voltados à população com deficiência.

Thiago Amâncio

Uma vida inteira pelo fim da violência contra a mulher: A luta de Jacira Melo

Diretora do Instituto Patrícia Galvão defende acesso à informação para reduzir violência doméstica.

(HuffPost Brasil, 09/01/2019 - acesse no site de origem)

A luta é antiga e objetivo é claro. São cerca de 40 anos de atuação profissional na área, desde uma época em que o assunto ainda não era tão debatido como hoje. **Jacira Melo**, 61 anos, diretora do Instituto Patrícia Galvão, organização que atua pelos direitos das mulheres, começou a se envolver com o feminismo ainda na faculdade, antes dos anos 80. Na época, ela participou da criação de um grupo chamado 8 de Março e lembra que até a data, o Dia Internacional da Mulher, não era tão conhecido ainda. E foi nessa época que começou sua atuação feminista. Estudante de filosofia, Jacira participou de encontros importantes para o movimento no Brasil e logo começou a trabalhar com violência contra a mulher. “Eu e outras parcerias feministas vimos que era importante ter um espaço de atenção à violência contra as mulheres e criamos o SOS Mulher, em São Paulo, em 1980 e a grande contribuição foi dar visibilidade à violência contra as mulheres”.

Mas, na verdade, suas primeiras descobertas nesse quesito ocorreram ainda mais cedo. Observou em sua casa, no comportamento do pai, “um homem militar, nascido em Alagoas”, algo que sabia que podia - e tinha que - combater. Estava naturalizado no discurso do pai: Jacira e as outras três irmãs poderiam estudar apenas até concluir o Ensino Fundamental II que já seria suficiente. Curso superior era apenas para o irmão. “Ele foi um pai muito presente, muito dedicado, mas dizia que com esse estudo nós [mulheres] já estaríamos preparadas para a vida de casadas. E com a minha mãe era um companheiro nada solidário e ela sonhava em trabalhar, ter uma vida própria e isso era impossível e acima de tudo era um parceiro que cometia a violência psicológica, sempre desqualificando minha mãe”.

É uma luta apaixonante, você entra e não sai mais porque tem a ver com a liberdade de ser, o direito de viver uma vida sem violência desde pequena.



A diretora do Instituto Patrícia Galvão, hoje com 61 anos, começou a pensar sobre feminismo ainda jovem. (Foto: Caroline Lima/especial para o Huffpost Brasil)

Quando tinha dez anos, começou a enfrentar o pai porque não queria que ele falasse com a mãe do jeito que falava. Comprou muita briga até que o pai chegou a ameaçar deixar de pagar sua escola se a filha insistisse em se intrometer na relação dos dois. Foi quando Jacira decidiu então, já com 14 anos, que ia trabalhar para pagar o colégio. “Sempre tive uma relação afetiva forte com meu pai e enfrentá-lo foi importante para o meu amadurecimento como mulher, para encontrar o meu lugar de mulher no mundo e minha mãe não merecia passar por aquela situação, ela merecia uma vida sem violência”.

Levou essa máxima para todo o seu futuro. E também o aprendizado de que a violência começa sempre dentro do ambiente doméstico e de que não se trata de casos de fórum íntimo. “A violência que acontece dentro de casa é a primeira linguagem de violência que as crianças aprendem, é o primeiro momento onde se resolve os conflitos na base da violência e se naturaliza isso no espaço público. Isso é muito grave e ainda está muito profundo na visão das sociedades de que a violência contra as mulheres é um problema de fórum íntimo e ele não é. É social e exige a reação de cada uma de nós”.

MEC volta atrás e suspende mudanças nos livros didáticos

Edital modificado retirava exigência de abordagem de questões como violência contra a mulher

(O Globo, 09/01/2019 - acesse no site de origem)

O Ministério da Educação (MEC) voltou atrás da nova versão do edital do Programa Nacional do Livro Didático, que suspendeu a versão publicada em 2 de janeiro. O novo edital retirava a restrição que proibia a presença de publicidade nas obras didáticas. No novo texto, o órgão suprimia ainda o trecho que exigia que a obra estivesse “isenta de erros” e a determinação de “incluir revisões bibliográficas”. O combate à violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola também não estariam mais no documento.

O edital serve de orientação para a aquisição de obras distribuídas pelo governo a alunos do ensino fundamental das escolas públicas do país. Ele está disponível no site do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Para a presidente-executiva do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, alterações no edital a todo momento são ruins para o processo.

— Tantas mudanças criam insegurança jurídica no processo, que é extremamente longo, qualquer mudança de regra no meio do jogo não seria boa — comentou.

O órgão afirmou que a mudança havia sido feita pela gestão anterior e enviada ao FNDE no dia 28 de dezembro. Na opinião de Andressa Pellanda, coordenadora de políticas educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, é positivo que as regras não sejam alteradas.

— Importante ter derrubado essa mudança, inclusive porque demonstra que a reação da opinião de especialistas e da comunidade escolar e acadêmica surtiu pressão no governo— afirmou. — Esse vai e vem demonstra que decisões não têm sido tomadas com bases técnicas e são bastante frágeis. O governo não parece entender das políticas que edita e publica.

O Sindicato Nacional de Editores de Livros (Snel) afirmou em nota que está “acompanhando as movimentações no setor do livro e leitura nesse início de governo” e que vai buscar um debate ativo nessa área.

Mais cedo, a retificação no edital do PNLD foi amplamente criticada. De acordo com especialistas, as mudanças deixariam brechas para questões preocupantes como a possibilidade de veiculação de publicidade nos livros escolares e a não exigência de referências bibliográficas na estrutura editorial dos livros.

Os educadores criticaram ainda a supressão da exigência de conteúdo que abordasse o combate à violência contra a mulher, que antes vinha expressa no edital. Segundo eles, por ser um programa com capilaridade em todo país, o livro didático é uma ferramenta importante de conscientização da população.

No ano passado, durante a gestão de Michel Temer, o MEC suprimiu o combate à homofobia e à transfobia do edital do programa. De acordo com o texto, bastava que a produção estivesse “livre de estereótipos ou preconceitos”. O governo Temer também alterou o processo de seleção dos livros, que antes era comandado pelas universidades federais.

Leia abaixo a nota do MEC na íntegra:

“O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, decidiu tornar sem efeito o 5º Aviso de Retificação do edital do PNLD 2020, publicado no dia 2 de janeiro, tendo em vista os erros que foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada ao FNDE em 28 de dezembro de 2018.

O MEC reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o Governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital”.

Paula Ferreira

[Violência contra a mulher e quilombolas](#)

[São retirados de edital de livros didáticos](#)

Orientações para obras que serão utilizadas em escolas públicas são alteradas

[\(O Globo, 09/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Modificações no edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cuja última versão foi publicada em 2 de janeiro deste ano, retiraram do documento questões como violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola. O edital servirá de orientação para a aquisição de obras distribuídas pelo governo a alunos do ensino fundamental das escolas públicas do país. Ele está disponível [no site do FNDE](#) (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Na antiga versão do documento, voltado para as editoras, um trecho do texto informava que as obras selecionadas deveriam “promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher”. Na versão atual, o trecho sobre a não-violência contra a mulher foi suprimido.

As diferenças entre os documentos também incluem a menção a quilombolas. No documento anterior, havia o trecho: “Promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo”. No documento final, as palavras “quilombola” e “povos do campo” não aparecem mais.

Publicidade e revisão

A orientação em relação à publicidade também foi modificada. Em versões anteriores do edital, o documento informava que as obras deveriam estar isentas de publicidade, de marcas, produtos ou serviços comerciais. Este trecho não consta no documento atual.

“Estar isento de erros de revisão e/ou impressão” e “incluir revisões bibliográficas” eram condições para que a obra estivesse em conformidade com o programa. Agora, elas também não são mais mencionadas no edital.

Os editais do PNLD são publicados periodicamente pelo Ministério da Educação (MEC) para a seleção de livros que chegarão às escolas públicas e outras instituições conveniadas.

[Homenagem da Mangueira a Marielle reforça a luta por direitos humanos](#)

Circula nas redes sociais um vídeo do enredo da escola de samba Mangueira em homenagem à vereadora Marielle Franco, assassinada junto com o motorista Anderson Gomes no Estácio, bairro na região central do Rio, em 14 de março deste ano.

[\(Brasil 247, 08/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O enredo da escola - História pra ninar gente grande - tem como tema a “história que a história não conta” e o samba Eu quero um Brasil que não está no retrato. No refrão, o nome da vereadora é citado: “Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês”.

Nesta terça-feira, as mortes de Marielle e Anderson completam 300 dias sem solução. A viúva da parlamentar, Mônica Benício, teme que o crime seja esquecido e apela para que as pessoas participem de atos em memória dos dois para cobrar da polícia uma resposta sobre os verdadeiros culpados.

“Com o tempo, a morte dá uma sensação de conformismo. Se a onda da indignação acabar, as pessoas se acostumam com a ausência. Não podemos deixar de cobrar. Quem matou a minha mulher? Quem foi o mandante? Ela se tornou símbolo político, representante de lutas específicas na área de direitos humanos. Ela construía um sonho. Não podem descartá-la simplesmente por ser mulher, negra, pobre e lésbica. Não podemos nos calar”, diz Mônica.

[Seis coisas que aprendemos com a luta das mulheres em 2018](#)

O ano de 2018 foi marcado pela resistência das mulheres. Do lançamento do fundo de amparo jurídico #TimesUp para combater o assédio sexual nos locais de trabalho nos Estados Unidos, ao prêmio Nobel da Paz entregue àqueles que combatem o uso da violência sexual como arma de guerra, o ano passado teve como tema central a defesa dos direitos das mulheres. Ativistas da igualdade de gênero do mundo todo estão levantando suas vozes para denunciar a desigualdade e unir as comunidades por um [futuro melhor para todas e todos](#).

[\(ONU Brasil, 08/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Com o encerramento de 2018, a ONU Mulheres lembrou histórias de algumas das ativistas que se levantaram contra injustiças, desafiaram estereótipos e inspiraram a todos.

Não deixar ninguém para trás

Nidhi Goyal é uma feminista indiana que trabalha com direitos de pessoas com deficiência e igualdade de gênero. Como pesquisadora, escritora, treinadora, comediantes e ativista, ela trabalha para alertar sobre a intersecção entre o movimento de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e o movimento de mulheres.

“Para mim, a vitória real ocorrerá quando não tivermos mais que explicar que as mulheres com deficiência pertencem aos dois movimentos. Aí saberemos que não há mais separações. Quando eu não tiver que justificar que diferentes grupos precisam se engajar com o movimento das mulheres com deficiência. Precisamos começar a abrir esses espaços e diálogos”, disse Nidhi. “Precisamos começar com a premissa de que esses espaços pertencem

a todos”, declarou.

Mentoria é importante

A queniana Purity Soinato Oiyie escapou de uma mutilação genital e do casamento infantil quando tinha apenas 10 anos. Hoje, ela sonha em abrir uma escola para meninas em sua comunidade, Maasai. Mas Purity já está fazendo diferença nas vidas das meninas de sua comunidade ao criticar a mutilação genital feminina e o casamento infantil.

Ao visitar escolas nas comunidades rurais e conversar com meninas e meninos sobre sua própria experiência e os efeitos negativos da mutilação genital feminina, Purity não apenas está ajudando a erradicar essa prática, como está mostrando às meninas a possibilidade de um futuro diferente.

“Elas ficam surpresas ao ver uma menina Maasai escolarizada”, disse ela. “Hoje, meu pai está tão orgulhoso de mim. Ele diz para todo mundo que eu fui a Nova Iorque. Agora todos os pais da minha comunidade que não queriam que suas meninas estudassem dizem a elas para terminar o colégio, como eu”.

Apoio às sobreviventes

A sérvia Marija Andjelkovic foi uma das primeiras ativistas a levantar o tema do tráfico de pessoas na região dos Balcãs. Sua experiência no trabalho de prevenção serviu de inspiração para a criação de uma organização não governamental, a ASTRA - Ação anti-tráfico, que fornece apoio e serviços a sobreviventes desse crime, defendendo melhoras nas políticas públicas.

“Tenho trabalhado com esse tema há 18 anos”, disse Marija. “Eu continuo porque não posso dizer a uma vítima que meu projeto foi concluído e que não há recursos para que eles possam recorrer a um advogado ou a um médico. Quero um sistema sustentável em vigor, apoiado pelo governo, para que as vítimas de tráfico de pessoas não precisam de mim ou da ASTRA”m declarou.

Persistir frente a obstáculos

Levou mais de 30 anos para que as avós de Sepur Zarco recebessem justiça pelo estupro e pela escravização sistemática que sofreram por parte dos militares durante o conflito armado interno na Guatemala (1960-1996).

Popularmente conhecidas como “abuelas”, as 15 sobreviventes levaram seu caso à mais alta corte da Guatemala em 2011, que condenou dois militares da reserva por crimes contra a humanidade e estupro, assassinado e escravização, garantindo 18 medidas de reparação para as sobreviventes e suas comunidades.

Essa foi a primeira vez na história que uma corte nacional processou a escravização sexual durante conflito armado utilizando uma legislação nacional e a lei criminal internacional.

Agora, as “abuelas”, incluindo Demesia Yat, ainda estão levantando suas vozes para pedir justiça às suas comunidades, incluindo educação para as crianças, acesso à terra, serviços de saúde e medidas que combatam a extrema pobreza que afeta essa população há gerações.

“Nossos esforços, em primeiro lugar como mulheres e em segundo como avós, é muito importante. É verdade que tivemos justiça. Agora pedimos educação para nossos filhos e netos, para que os jovens da comunidade tenham oportunidades e não sejam como seus idosos, que não puderam estudar”, disse Demesia. “Nossos pedidos estão com o governo. Esperamos muitos anos por justiça, agora temos que esperar por reparações”.

Solidariedade muda vidas

No provisório campo de refugiados muçulmanos rohingya de Balukhali, em Cox's Bazar, Bangladesh, é comum ouvir história de casas queimadas e crianças desaparecidas. As mulheres rohingya dão relatos de maridos assassinados e estupros, de perda de esperança na humanidade.

“Sendo uma refugiada, sei as dificuldades que outras mulheres rohingya enfrentam nos campos”, disse Nur Nahar, mentora de um centro de atendimento a mulheres (Multi-Purpose Women's Centre) no campo de Balukhali. Nur, agora aos 35 anos, chegou a Bangladesh quando tinha 7, e agora trabalha para ajudar mulheres e meninas recém-chegadas.

“Vim ao centro por quatro dias em uma semana e ensinei corte e costura para as recém-chegadas. Como estou aqui há muito tempo, sou parte do grupo de apoio às mulheres e forneço informações para outras refugiadas, as indico para os serviços apropriados, converso com elas. As mulheres precisam de apoio uma das outras para lidar com esta crise”, disse.

Ouvindo as próximas gerações

“Teríamos um mundo melhor se mulheres e meninas se sentissem seguras em espaços públicos. As mulheres seriam mais ativas, mais produtivas”, disse Salma Belhassine, uma ativista de 21 anos da Tunísia.

Salma e suas colaboradoras estão trabalhando em um aplicativo de celular chamado SafeNes, que tem como objetivo alertar e acabar com o assédio sexual contra mulheres em espaços públicos.

Por meio do SafeNes, usuárias poderão reportar casos de assédio sexual, conectar-se facilmente a organizações não governamentais caso precisem de ajuda, assim como aprender defesa pessoal e entender os procedimentos legais para a denúncia.

“A melhor coisa que as jovens podem fazer é barulho, falar por si mesmas. Porque não somos o futuro, somos o presente. Não podemos esperar que os adultos façam as coisas por nós. Temos que nos defender e defender as gerações futuras”, disse Salma, que é parte do Programa de Lideranças Jovens liderado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com a ONU Mulheres.

EUA ficam isolados na ONU em votações

sobre refugiados e aborto

Os Estados Unidos se viram isolados na Assembleia Geral de 193 membros das Nações Unidas nesta segunda-feira em relação às preocupações de Washington sobre a promoção do aborto e um plano voluntário para lidar com a crise mundial de refugiados.

(Extra, 17/12/2018 - acesse no site de origem)

Somente a Hungria deu apoio aos EUA e votou contra uma resolução anual sobre o trabalho da agência de refugiados das Nações Unidas, enquanto 181 países votaram a favor e três se abstiveram. A resolução tem sido geralmente aprovada por consenso há mais de 60 anos.

No entanto, neste ano, a resolução incluiu a aprovação de um acordo sobre refugiados, que foi produzido por Filippo Grandi, chefe da área de refugiados, depois de isso ter sido requisitado pela Assembleia Geral de 2016. A resolução pede que países implementem o plano.

Os EUA foram o único país contrário ao rascunho da resolução no mês passado quando o documento foi discutido e acordado pelo comitê de direitos humanos. Os EUA afirmaram que elementos do texto vão de encontro aos seus interesses soberanos, citando a abordagem global para refugiados e imigrantes.

As resoluções da Assembleia Geral são facultativas, mas têm peso político. O presidente dos EUA, Donald Trump, no seu discurso anual na ONU em setembro, promoveu a proteção da soberania norte-americana.

Os EUA também fracassaram numa campanha, iniciada no mês passado durante negociações sobre vários esboços de resolução no comitê de direitos humanos, contra referências à “saúde sexual e reprodutiva” e a “serviços de saúde sexual e reprodutiva”.

O país disse que a linguagem tinha “conotações acumuladas que sugeriam promoção do aborto ou direito ao aborto, que são inaceitáveis para o governo”.

Nesta segunda, Washington, sem sucesso, tentou remover dois parágrafos de uma resolução sobre prevenção de violência e assédio sexual contra mulheres e meninas. Foi o único país a votar contra a linguagem. Ao todo 131 votaram pela manutenção, e 31 se abstiveram.

Michelle Nichols

Barreiras jornalísticas represam investigações importantes sobre assédio,

por Paula Cesarino Costa

Cabe discutir se a imprensa está interessada e preparada para investigar com independência

(Folha de S.Paulo, 16/12/2018 - acesse no site de origem)

Mais de 300 mulheres se apresentaram, na última semana, para formular acusações de abuso sexual e estupro contra o médium João de Deus, uma celebridade internacional. As primeiras vítimas foram ouvidas pelo programa Conversa com Bial, da TV Globo, e pelo jornal O Globo, que apresentaram depoimentos de quase uma dezena de mulheres.

Em seguida, todos os órgãos de imprensa localizaram e ouviram novas vítimas e mulheres se manifestaram em delegacias pelo país afora, numa avalanche que arrastou a própria família do médium, cuja filha relatou anos de abuso.

Um comportamento violento que parece ter se repetido impunemente perdurou anos e anos, sobrevivendo a uma série de reportagens laudatórias a um homem que se diz com poder de cura. Tudo nesse caso parece espetacular.

Após acusações contra outro líder espiritual, o dito guru Siri Prem Baba, uma holandesa deu seu depoimento em redes privadas de grupos feministas. Passaram-se seis meses até que fosse publicado. É tempo demais, indício de que tais acusações costumam ser descartadas de antemão, por razões jornalísticas, jurídicas e possivelmente morais.

Cabe discutir aqui se a imprensa está preparada, interessada e se tem ferramentas para investigar de forma independente esse tipo de crime, no limite da intimidade de agressores e vítimas.

O tema da violência contra mulheres já ocupou este espaço outras vezes. Volto a ele porque tenho a impressão de que a Folha não parece atenta, empenhada e mobilizada para entender quão necessárias e relevantes são as investigações que desnudem a violência de gênero. São processos delicados, que causam melindres nas estruturas de poder, também na que gere as Redações.

A Folha foi o primeiro jornal a publicar relatos de vítimas do médico Roger Abdelmassih, em 2009. A reportagem não foi editada na capa do caderno nem tinha chamada na primeira página. Tal precaução e discrição revela como denúncias de violência sexual enfrentam barreiras seletivas infinitamente maiores do que, por exemplo, as de corrupção.

Publicam-se longos relatos de delações premiadas, muitas das quais baseadas em inferências e em reprodução de conversas de terceiros. Nos casos de assédio, o relato de vítimas é tratado com desconfiança máxima, exigindo provas concretas, como se a maioria dos crimes sexuais pudesse ser (e tivesse de ser) atestada por meio de exames médicos e perícias científicas. A realidade mostra que não é assim.

Claro que sempre defenderei o farto e amplo direito de defesa dos acusados, além do rigor técnico e da responsabilidade ao publicar. Manifestei à Redação a necessidade de dar voz a João de Deus para que se explique e se defenda, além de lembrar que o trabalho benemerente que fez a milhares de pessoas, que assim o relataram em público, não merece nem deve ser

ignorado.

O jornal precisa investir em normas institucionais para municiar e amparar repórteres que investiguem acusações de assédio. Existem manuais que orientam como abordar, tratar e proteger vítimas de abuso sexual, evitando que a imprensa seja uma barreira a mais no tecido social contra a revelação de casos desse tipo.

Desacreditar a vítima, obrigá-la a exposição pública que pode ser vexaminosa, levá-la a abrir mão da proteção de sua identidade para que seu relato tenha credibilidade, esses são, por exemplo, pontos condenados por especialistas internacionais na apuração de reportagens sobre crimes sexuais.

Para o secretário de Redação da Folha, Vinícius Mota, “são trabalhos difíceis, porque envolvem acusações criminais graves, capazes de destruir reputações independentemente da sua solidez, em fases às vezes distantes da conclusão judicial”. Defende que sejam redobrados os cuidados com a aplicação da boa técnica jornalística e com a exposição da apuração ao contraditório.

Nas resoluções para 2019, a Folha deveria criar uma força-tarefa para investigar abusos de poder e crimes sexuais. Qualificado por meio de cursos, debates e relatos de experiências anteriores, esse núcleo seria capacitado a manejar adequadamente as ferramentas investigativas específicas.

Quantos criminosos sexuais em série existem nos diversos níveis de poder, agindo impunemente?

Quantos são os relatos que, ouvidos em rodinhas de jornalistas, replicam histórias de abusos nas castas políticas, empresariais e culturais e não chegam ao distinto público nem viram inquéritos?

Os ocupantes do poder —e a sociedade de forma mais ampla— tendem a ser conservadores, machistas e coniventes com práticas abusivas contra mulheres. É uma pauta vista como delicada, em que a imprensa de modo geral, ainda opta pelo manto do silêncio em nome da privacidade e da proteção da honra. Acaba sendo, se não cúmplice, ao menos pouco vigilante e descuidada.

Paula Cesarino Costa é jornalista, foi Secretária de Redação e diretora da Sucursal do Rio. É ombudsman da Folha desde abril de 2016.

Os direitos humanos estão sendo tirados da mão do povo e trocados por discursos, critica mãe de santo de MT

A sacerdotisa de Candomblé, Ialorixá Joyce Lombardi, é presidente do Instituto Mulheres do Axé de Mato Grosso.

(Circuito Mato Grosso, 14/12/2018 - acesse no site de origem)

Depois de 30 anos do histórico 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras realizado em Valença, no Rio de Janeiro, cerca de mil mulheres de todo o país se reuniram recentemente em Goiânia, Goiás, para a segunda edição do evento. As discussões foram amplas, e os debates incluíram a situação das mulheres em situação de rua, vítimas de feminicídio, de violência doméstica, abusos, encarceradas e as vítimas de racismo religioso.

Uma das delegadas que representou Mato Grosso no evento foi a sacerdotisa de Candomblé, Ialorixá Joyce Lombardi, que é presidente do Instituto Mulheres do Axé de Mato Grosso. “Nós enquanto Estado precisamos ampliar nossa representatividade em nível nacional. Precisamos unir e unificar o apoio dentro do movimento negro. Ter eventos como este organizado pela ONU Mulheres do Brasil e ONU Internacional. E precisamos lutar por políticas públicas que atendam as mulheres da periferia, em situação de rua, de religiões de matrizes africanas”, aponta a sacerdotisa.

Entre os diversos temas discutidos entre os dias 6 e 9 deste mês, em Goiânia, está a demonização que sofrem as religiões de matrizes africanas. “Foi discutida a demonização que temos sofrido, e o que as sacerdotisas sofrem de violência patrimonial e física em seus Ilês Axés (casas de axé - terreiros - templos espirituais). Precisamos alinhar os nosso saberes no Estado, para em outros eventos como esse ter maior oportunidade de trabalho”, avalia Joyce Lombardi.

A sacerdotisa aponta ainda que existe um verdadeiro sequestro dos saberes africanos, da ancestralidade, cultura e história, e apropriação por outros grupos, que transforma toda essa gama patrimonial em uma nova linguagem, muitas vezes de forma rasa, distante da essência existente na cultura negra de um modo geral.

Outro tema em evidência é a luta pelos direitos humanos.

“A luta é muito ampla, porque os direitos humanos estão sendo retirados da mão da população e do povo negro e estão substituídos pelas falas de alguns. Sabemos das dificuldades que vamos ter que enfrentar com o novo governo federal”, aponta.

Ainda neste sentido, a delegação de Mato Grosso, apresentou em plenária nacional durante o Encontro, o teor da PL 310/2018, que tramita na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT), e que quer acabar com o feriado do Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. Na tarde desta quinta (13), movimentos sociais e grupos religiosos de matrizes africanas entre outras lideranças políticas e comunitárias, reuniram-se em audiência pública na ALMT, em Cuiabá, para defender a manutenção da data, que tem mais que um caráter comemorativo, e sim como símbolo da resistência negra no Brasil.